

Análise de controle interno e auditoria interna em pequenas e microempresas do bairro Armour de Santana do Livramento-RS

Analysis of internal control and internal audit in small and microenterprises in the Armour District of Santana do Livramento-RS

Karen Beatriz Rodrigues Viera Madeira¹

Resumo

O controle interno e a auditoria interna são técnicas utilizadas na gestão das empresas para se obter melhoria na organização dos processos internos e desenvolvimento das atividades, a fim de que seja mantida sua continuidade. No Brasil, as empresas são classificadas pelo seu porte e, a maioria delas é enquadrada como micro e pequenas empresas. Nesses empreendimentos nem sempre a contabilidade é empregada como uma ferramenta para auxiliar a administração e, em consequência disso acabam ficando sujeitos a fraudes e erros involuntários prejudicando a gestão da empresa. O objetivo do trabalho foi apresentar e analisar a utilização das técnicas do controle interno e da auditoria interna na tomada de decisão e na administração das micro e pequenas empresas do bairro Armour de Santana do Livramento-RS. O estudo contou com a realização de revisão da literatura e pesquisa de campo com a aplicação de questionário aos proprietários/responsáveis de dez empresas do bairro Armour. Observou-se que há baixa adoção do controle interno e auditoria interna pelas microempresas, possivelmente devido ao custo na implantação desses sistemas, além da necessidade de pessoal treinado e experiente para a execução das responsabilidades. A baixa adoção das técnicas de controle pelas microempresas pode afetar o seu planejamento estratégico.

Palavras-chave: Controle Interno. Auditoria Interna. Micro e Pequenas Empresas.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Pós-Graduada em Perícia e Auditoria Contábil pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL).
E-mail: karenbeatriz4@gmail.com

Abstract

Internal control and internal auditing are techniques used in the management of companies to obtain improvement in the organization of internal processes and development of activities in order that continuity be maintained. In Brazil, companies are classified by their size, and the majority of them are classed as micro and small enterprises. In these enterprises, accountancy is not always employed as a tool to help the administration, and as a result they end up being subject to fraud and involuntary errors, harming the company's management. The objective of this work was to present and analyze the use of internal control and internal auditing techniques in decision making and administration of micro and small enterprises in the Armour neighborhood of Santana do Livramento, RS. The study counted on the implementation of literature revision and field research with the application of a questionnaire for the owners/ those responsible of ten companies in the Armour neighborhood. It was observed that there is a low adoption of internal control and internal auditing by the micro-enterprises, possibly due to the cost of implantation of these systems as well as the need for trained staff with experience for the execution of these responsibilities. The low adoption of control techniques by the micro-enterprises can affect their strategic planning.

Keywords: Internal Control. Internal Auditing. Micro and Small Enterprises.

Data de submissão: 12 de maio de 2021

Data de aprovação: 07 de julho de 2021

INTRODUÇÃO

No Brasil, a maioria dos empreendimentos existentes são enquadrados como micro e pequenas empresas. Embora sejam de grande importância para o desenvolvimento social e econômico, essas empresas têm enfrentado obstáculos na continuidade de suas atividades devido à falta de planejamento antecipado, a inexistência de estratégias no negócio, a falta de gestão eficaz ou a utilização da contabilidade apenas para fins fiscais e não comerciais, entre outros fatores.

Muitos empreendedores não veem a contabilidade como uma ferramenta necessária para a administração da empresa e, por falta de conhecimento acabam tomando decisões através de sua experiência ou intuição. Na maioria das vezes essas empresas não tem um controle de estoque ou um fluxo de caixa, embasam o seu preço na concorrência ou até mesmo por dedução, alguns sequer fazem uma análise financeira para formar uma estratégia competitiva.

O controle interno, segundo Alves et al. (2014) tem por objetivo controlar e assegurar que a empresa seja eficaz nos processos de organização e obtenha um bom desenvolvimento, para que seja mantida sua continuidade. Já a auditoria é [...] “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade” (CREPALDI, 2002, p. 23). Sendo assim, ambos auxiliam na gestão e planejamento das empresas.

Esta pesquisa justifica-se em virtude de que o bairro Armour de Santana do Livramento-RS caracteriza-se por possuir muitas empresas implantadas em sua avenida principal, as quais são a fonte de renda de grande parte da comunidade local e, cada vez mais são instituídos novos empreendimentos, os quais muitas vezes não adotam as técnicas necessárias para o planejamento do negócio.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar a utilização das técnicas do controle interno e da auditoria interna na tomada de decisão e na administração das micro e pequenas empresas do bairro Armour de Santana do Livramento-RS.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica aborda os componentes teóricos relacionados com o tema estudado, auxiliando na formulação e comprovação dos questionamentos contidos no estudo.

Para reduzir a taxa de mortalidade das empresas e assegurar a sua continuidade, é importante atentar para a gestão e para o controle interno.

1.1 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA

Para Fraporti et al. (2018), a empresa é caracterizada como uma atividade econômica com o objetivo de fazer a produção de mercadorias e incentivar a circulação de serviços e produtos no mercado. É formada por elementos técnicos, pessoais e materiais, seu objetivo é obter lucro por meio da participação no mercado. As empresas podem ser classificadas por diversos critérios, e um deles é em relação ao seu porte, podendo ser micro, pequena, média e grande empresa. Porém, neste trabalho foram abordadas apenas microempresas e empresas de pequeno porte.

No Brasil, as microempresas e de pequeno porte estão amparadas pela Lei Complementar nº 123/2006, que originou o Estatuto Nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte, também conhecido como Lei Geral, e regulamenta o tratamento favorecido, simplificado e diferenciado a esse setor (BRASIL, 2006). A Lei Geral classifica o negócio com base na receita bruta anual, sendo Microempresa: receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e Empresa de Pequeno Porte: receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Segundo o estudo realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE (2016), as microempresas (ME) constituem o segmento com maior taxa de mortalidade, visto que, em 2012, a taxa era de 45%, bem acima dos outros portes que variaram de 2% a 13%. Esses resultados indicam que as empresas maiores, cujas contam com estrutura mais organizada e maior capital, tendem a possuir maior chance de sobrevivência.

Para reduzir a taxa de mortalidade das empresas e assegurar a sua continuidade, é importante atentar para a gestão e para o controle interno, cujos conceitos, objetivos, princípios e características serão tratados no próximo tópico.

1.2 CONTROLE INTERNO

“O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa” (ALMEIDA, 2012).

Sendo assim, o controle interno auxilia na tomada de decisões, pois utiliza do resultado dos fluxos das operações cotidianas para controlar e gerenciar as operações futuras, prevenindo erros e fraudes na gestão da empresa.

Um controle interno eficiente e bem desenvolvido é de extrema necessidade, pois é ele que vai influenciar de forma positiva em todos os departamentos da empresa.

Um controle interno eficiente e bem desenvolvido é de extrema necessidade, pois é ele que vai influenciar de forma positiva em todos os departamentos da empresa, garantindo uma melhor qualidade e segurança nas informações. O controle garante organização e aperfeiçoamento dos colaboradores e desenvolvimento nos processos das organizações, por se tratar de uma uniformização de tarefas.

Através da utilização do controle interno adequado os erros e as fraudes podem ser detectados e corrigidos a curto prazo, pelos colaboradores, por verificarem as ações e os processos diariamente em suas funções. Entretanto, é de total responsabilidade da empresa o treinamento adequado dos colaboradores, para que eles possam ter pleno conhecimento do que está sendo pretendido e possam identificar responsabilidades “por eventuais omissões na realização das transações da empresa” (ALMEIDA, 2010, p. 43).

Portanto, diante do exposto, percebe-se que o controle interno aplicado na gestão assegura a continuidade da empresa através da eficiência e eficácia de seus processos e da prevenção e diminuição de erros e fraudes.

1.3 AUDITORIA INTERNA

A auditoria é uma “técnica contábil que utiliza procedimentos específicos e peculiares, os quais aplicados no exame de registros, documentos e inspeções através da obtenção de informações e confirmações, estabelecem condições para o controle de patrimônio de uma entidade” (ALMEIDA, 2012).

A auditoria pode ser classificada como externa e interna. A auditoria externa ou independente tem por finalidade informar aos investidores e demais interessados, à posição financeira e patrimonial de determinada entidade. Já a auditoria interna possui a função de auxiliar e assessorar a administração da entidade, acompanhando os processos do controle interno utilizado. Sendo que, neste trabalho optou-se por analisar apenas esta última.

A auditoria interna se diferencia do controle interno, pelo fato de que, a primeira trabalha com a finalidade de acompanhamento e fiscalização de todos os processos da empresa por um departamento especializado, verificando erros e falhas que se originam das normas e procedimentos criados pelo controle interno.

O controle interno funciona diariamente na empresa, enquanto a auditoria interna é facultativa.

O controle interno funciona diariamente na empresa, enquanto a auditoria interna é facultativa, porém recomenda a realização pelo menos uma vez ou mais por ano, para a averiguação das normas e procedimento.

Segundo Crepaldi (2004):

É preciso que se distingam os termos controle interno e auditoria interna. A auditoria interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação de trabalho, normalmente executado por um departamento especializado, ao passo que o controle interno se refere aos procedimentos e à organização adotados como planos permanentes da empresa.

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T-12) as quais tratam exclusivamente sobre auditoria interna, os procedimentos são:

12.1.2.1 – Os procedimentos de auditoria interna são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações.

12.1.2.2 – Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da Entidade.

12.1.2.3 – Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da Entidade.

12.1.2.4 – As informações que fundamentam os resultados da auditoria interna são denominadas de “evidências”, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem base sólida para as conclusões e recomendações (BRASIL, 2020).

Na auditoria interna toda a documentação é analisada, mas dependendo do tamanho da organização, pode ser feita a análise através de amostragem estatística, em que o auditor determina a extensão de um teste de auditoria interna pelo método de seleção dos itens a serem testados.

Através dos procedimentos corretos da auditoria interna, o auditor interno verifica as inconsistências dos dados e das informações. Podendo corrigir e orientar os erros ou falhas do controle interno.

Conforme o item 12.2.3.1 da NBC T 12 “O auditor interno deve documentar, através de papéis de trabalho, todos os elementos significativos dos exames realizados, que evidenciem ter sido a auditoria interna executada de acordo com as normas aplicáveis” (BRASIL, 2020).

Percebe-se então, que a auditoria interna transforma o ambiente por se tratar de um procedimento responsável pela prevenção e harmonização dos processos da empresa, a fim de corrigir equívocos e avaliar erros e fraudes provocadas, muitas vezes, pela deficiência da aplicação do controle interno na organização, proporcionando uma precaução como forma de zelo aos procedimentos internos.

1.4 HISTÓRICO DO LOCAL DA PESQUISA DE CAMPO

O bairro Armour, já foi palco de grandes investimentos como o frigorífico Swift Armour S.A. Indústria e Comércio. Essa companhia foi inaugurada no dia 04 de julho de 1917, dando início a inúmeras transformações no contexto socioeconômico de Santana do Livramento, através da geração de empregos e funcionamento em tempo integral com integração de três turnos. Como esse empreendimento era norte-americano, trouxe consigo novas formas de trabalho e moradia, também transformou a região com suas construções e clubes sociais. No entanto, esse empreendimento veio à falência, mas o bairro construído ao seu redor permaneceu, junto com suas edificações tão características.

O bairro cresceu e, atualmente é constituído por muitas escolas, um supermercado, um posto de combustível, uma companhia de corpo de bombeiros, Rotary Club Armour (clube social), posto médico e uma grande quantidade de micro e pequenas empresas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma análise descritiva da utilização de ferramentas do controle interno e da auditoria interna no cotidiano das micro e pequenas empresas entrevistadas.

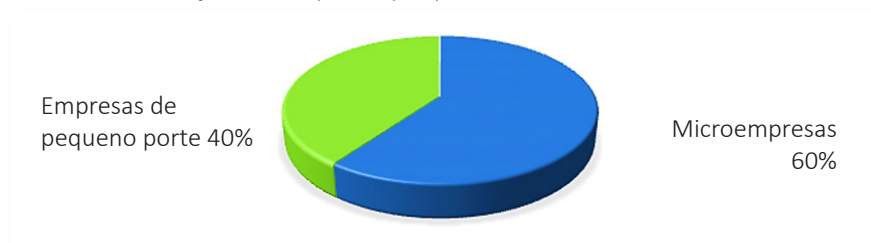
Inicialmente, para a obtenção de informações, contou-se com a execução de revisão bibliográfica a respeito da aplicação das ferramentas de gestão para as micro e pequenas empresas. Após, durante o período de agosto/2020 a setembro/2020, foi realizada uma pesquisa de campo com uma amostra de 10 empresas implantadas na avenida principal do bairro Armour, sendo essa amostra tomada de forma não probabilística por conveniência do pesquisador.

Os dados foram coletados através de aplicação de um questionário com diversas questões referentes à adoção das técnicas do controle interno no cotidiano da empresa e se há realização, pelo menos uma vez por ano, da auditoria interna. Além disso, foi incluído um campo de observações, em que os proprietários/responsáveis que achassem convenientes, ou que utilizassem algum controle próprio que não foi mencionado no questionário pudessem compartilhar. O questionário foi disponibilizado por meio impresso diretamente ao proprietário/responsável do estabelecimento e os dados foram analisados e descritos, a fim de propor um entendimento da temática estudada.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após a análise dos dados obtidos a partir da aplicação de questionário aos proprietários/responsáveis dos 10 estabelecimentos do bairro, pode-se realizar a classificação em relação ao seu porte, entre microempresa e empresa de pequeno porte, a relação pode ser visualizada no GRÁF. 1

GRÁFICO 1 – Relação das empresas por porte



FONTE: A autora (2020)

Analisando o GRÁF. 1 percebe-se que a grande maioria das empresas se enquadra como microempresas, sendo 60% da amostragem, ao passo que, 40% das empresas são de pequeno porte. Isso pode ocorrer, por se tratar de um bairro onde os empreendimentos são pequenos e o nicho de mercado é reduzido.

Na TAB. 1 está exposto o questionário aplicado aos proprietários/responsáveis dos estabelecimentos com as porcentagens a respeito da adoção ou não adoção das técnicas do controle interno.

TABELA 1 – Questionário entregue aos proprietários/responsáveis pelos estabelecimentos continua

Item	Procedimentos	Adota	Não Adota
01	A empresa possui um planejamento estratégico de médio e longo prazo.	60%	40%
02	A admissão de novos funcionários é precedida de investigações adequadas, de acordo com as responsabilidades a serem assumidas.	90%	10%
03	A empresa adota um sistema de ponto, horário flexível e banco de horas a fim de evitar a formação de contingências trabalhistas.	40%	60%
04	A empresa mantém os preceitos legais quando da emissão de Notas Fiscais e faturas, por pessoal treinado e com o conhecimento técnico suficiente.	90%	10%
05	O estrito controle sequencial numérico é exercido sobre os arquivos de Notas Fiscais-Faturas emitidas, para cada série.	60%	40%
06	Existe um suporte legal para o cancelamento de Notas Fiscais. Todas as vias da nota cancelada são arquivadas, em seu corpo consta o motivo e a aprovação da administração.	70%	30%

TABELA 1 – Questionário entregue aos proprietários/responsáveis pelos estabelecimentos conclusão

Item	Procedimentos	Adota	Não Adota
07	A empresa fornece dados consistentes na determinação dos valores do inventário, dos resultados da empresa, e para a elaboração de relatórios gerenciais.	60%	40%
08	A empresa possui dados consistentes e ágeis, para a área de vendas, para determinação dos preços dos produtos finais.	90%	10%
09	A responsabilidade de recebimento e depósitos de valores é centralizada no menor número possível de pessoas, e as funções são segregadas.	100%	00%
10	Existem registros independentes da contabilidade, sobre os títulos e valores mantidos no departamento e periodicamente são efetuados os procedimentos de contagem e conciliação com a contabilidade.	70%	30%
11	Os adiantamentos aos funcionários ou a terceiros são feitos mediante a um formulário apropriado em que às aprovações gerenciais adequadas fiquem evidenciadas.	40%	60%
12	Os recebimentos de caixa são controlados fisicamente e registrados apropriadamente.	90%	10%
13	Todas as contas bancárias da empresa são controladas por meio de razão geral e são conciliadas mensalmente por detalhada comparação entre os registros da empresa e os extratos bancários.	80%	20%
14	A empresa mantém simultaneamente à emissão do cheque, a cópia do mesmo. As cópias são arquivadas para manter um controle sequencial adequado. Nas cópias de cheques emitidas pela empresa é especificada a natureza das despesas pagas.	30%	70%
15	Os pagamentos são precedidos de análise adequada a fim de: confirmar o recebimento efetivo das mercadorias e serviços, certificar-se de que os preços e montantes pagos estejam corretos e que a documentação suporte seja adequada e legal.	100%	00%
16	A empresa possui a função de compras definida como obtenção dos recursos necessários pelo melhor preço, melhor quantidade, no tempo certo e no lugar certo, observando-se as exigências de qualidade.	90%	10%
17	Os registros contábeis de inventário são atualizados, refletindo a situação real das propriedades da empresa.	50%	50%
18	A empresa utiliza da auditoria interna, pelo menos uma vez por ano para verificar se houve alguns erros ou fraudes que porventura possam ocasionar falhas de controles e gerenciamento.	50%	50%
19	A empresa utiliza da contabilidade como uma ferramenta para a análise e planejamento da gestão do negócio.	50%	50%

FONTE: A autora (2020)

Grande parte das empresas adotam o planejamento estratégico em seus negócios (60%), mesmo sendo micro ou pequenas empresas.

Percebe-se no item 01 (TAB. 1), que grande parte das empresas adotam o planejamento estratégico em seus negócios (60%), mesmo sendo micro ou pequenas empresas, elas visam um objetivo futuro, porém ainda há empresas que não adotam em seu estabelecimento essa ferramenta. Segundo Souza et al. (2007), a ausência de um planejamento estratégico implica em muitos aspectos, mas principalmente na inexistência de perspectiva de crescimento, manutenção ou até mesmo da adequação do modelo de negócio.

No item 02 (TAB. 1), referente à contratação, é possível identificar que apenas 10% não realizam investigações prévias, de acordo com as responsabilidades a serem assumidas pelos funcionários. Saliencia-se que a escolha de bons profissionais é um aspecto primordial no sucesso da organização. A seleção de pessoas constitui um investimento em tempo e dinheiro que proporciona excelentes resultados a curto e longo prazo.

De acordo com Nascimento et al. (2020), o que determinará a eficiência e eficácia do controle interno na empresa é o esmero nas práticas da execução das tarefas e nas funções atribuídas a cada um dos departamentos da empresa, e para isso deve-se atentar para a escolha de funcionários aptos e experientes, capazes de cumprir os procedimentos estabelecidos de forma eficiente e econômica.

Outro aspecto importante na empresa diz respeito ao sistema de controle de ponto dos colaboradores, que deve estar em conformidade com a legislação. O item 3 aborda sobre esse controle, que possibilita a extração de todas as informações sobre a jornada de trabalho dos colaboradores, dados esses que interferem diretamente na folha de pagamento, como faltas, atrasos e horas extras.

No art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho, consta a determinação de que um estabelecimento comercial com mais de 10 funcionários deve anotar os horários de entrada e saída dos colaboradores por meio de um registro manual, mecânico ou eletrônico. Porém, o estabelecimento com um número menor de funcionários está isento desse controle físico. É o que acontece com as empresas analisadas durante este estudo, pois a maioria delas possui um número inferior de funcionários, não se enquadrando no art. 74 da referida consolidação. Por isso, de acordo com o item 3 da TAB. 1, apenas 40% delas adotam esse sistema em seu empreendimento.

Mesmo sendo isentos dessa obrigação, as empresas deveriam adotar esse controle, para evitar futuras contingências trabalhistas. Isso,

favorece não só o empregador, mas também os colaboradores que tem os seus direitos assegurados ao conter um sistema de ponto na organização.

O item 4, questiona se a empresa mantém os preceitos legais quanto a emissão de nota fiscal. Foi observado que 90% das empresas empregam esse cuidado na geração da nota fiscal.

As notas fiscais têm grande importância para as empresas e, atualmente, esse procedimento pode ser feito de forma mais simples e rápida graças ao uso dos documentos eletrônicos.

Segundo a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, em seu artigo nº 37:

Art. 37. A imposição das multas de que trata esta Lei Complementar não exclui a aplicação das sanções previstas na legislação penal, inclusive em relação a declaração falsa, adulteração de documentos e emissão de nota fiscal em desacordo com a operação efetivamente praticada, a que estão sujeitos o titular ou sócio da pessoa jurídica (BRASIL, 2006).

Portanto, é necessário que o indivíduo responsável por emitir as notas fiscais, saiba lidar com o ambiente virtual. Ou seja, o colaborador encarregado de gerar a nota fiscal deve estar treinado o suficiente para identificar e evitar falhas.

Já os itens 5 e 6, tratam sobre controle sequencial numérico das notas fiscais, o arquivamento e cancelamento das notas equívocas, cujos resultados obtidos foram de 60 e 70% de adoção, respectivamente.

Para uma melhor localização, caso necessário, é importante que as notas fiscais, estejam arquivadas em uma sequência numérica, que favoreça o colaborador na hora de desarquivar. Cada empresa adota o seu próprio formato de arquivamento, a qual escolhe a melhor forma de realizá-lo.

De acordo com o art. 173 da Lei 5.172/66, que institui o Código Tributário Nacional, o prazo de guarda dos documentos é de cinco anos, prazo este em que a empresa deve cumprir por precaução, caso haja um processo de arbitragem.

No caso da Nota Fiscal Eletrônica instituída através do Ajuste Sinief 07/05, de 30 de setembro de 2005, pode ser arquivada em modo digital, conforme § 1º da Cláusula Primeira.

§ 1º Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

A elaboração de relatórios gerenciais é um ato de avaliação dos controles internos, pois através deles percebe-se a harmonia dos processos.

No item 7, nota-se que embora sejam empresas pequenas, 60% adotam o controle de fornecimento de dados consistentes na determinação dos valores do inventário e, 50% adotam o controle dos registros contábeis de inventário atualizados, conforme consta no item 17 da TAB. 1, como forma de prevenir erros e corrigir falhas nas avaliações.

A elaboração de relatórios gerenciais é um ato de avaliação dos controles internos, pois através deles percebe-se a harmonia dos processos. E também, auxilia no planejamento estratégico a curto e longo prazo. Já, o inventário físico tem alguns objetivos, como o levantamento real da situação do estoque para ser levado ao balanço da empresa com o objetivo de evitar custos, e conseqüentemente a melhoria contínua da rentabilidade, com maior controle dos produtos verificando os registros e a quantidade real para que haja organização e uma auditoria da situação do estoque. O procedimento regular do inventário dentro de uma empresa pode ajudar a descobrir e corrigir os altos níveis de avarias no estoque.

Migliavacca (2004) ressalta que para proteger o inventário e o estoque de roubos, perdas e uso indiscriminado, os procedimentos de controles internos determinados para tais ativos, devem ser estabelecidos e revisados periodicamente.

O item 8 demonstra que quase a totalidade das empresas atentam para o controle de determinação dos preços de venda, sendo que, apenas 10% delas não realiza a adoção.

A determinação do preço de venda pode abranger vários fatores de acordo com Hall e Hitch (1988) como custo total, concorrência e consumidor. O custo total ocorre quando a determinação do preço do produto é formado a partir da identificação dos custos fixos e variáveis da empresa. Quando a decisão do preço é baseada na concorrência, o valor é estabelecido através do preço de venda da concorrência. E quando é baseada no consumidor, o valor é calculado através da percepção do valor do produto por parte do consumidor.

De acordo com Kotler e Armstrong (2007) os três fatores mencionados devem ser considerados em conjunto, pois os custos são a base para o preço e, os outros componentes, ou seja, o consumidor e os concorrentes definem o limite para o preço final. Portanto, um controle sobre os custos da empresa e uma análise do mercado, auxiliam na determinação dos preços de vendas dos produtos da empresa.

No item 9, nota-se que todas as empresas analisadas realizam segregação de funções no seu dia a dia, por se tratarem de empresas menores, possuem poucos funcionários e isso auxilia na gestão da empresa e no monitoramento do que entra e sai do caixa.

Segundo Attiê (2010) “a empresa deve realizar a segregação de funções, a fim de estabelecer independência para a execução operacional e limitar o acesso de funcionários a seus ativos, além de realizar controles físicos sobre estes”.

Conforme exposto no item 10 da TAB. 1, percebe-se que apenas 30% das empresas não fazem a devida conciliação com a contabilidade, isso poderá afetar a confiabilidade das informações contábeis.

Muitas empresas utilizam da contabilidade como forma de regularização fiscal e tributária. Grande parte delas, possui os seus próprios programas de registros e controles, podendo esses serem através de softwares ou tabelas e arquivos manuais.

Na maioria das vezes a empresa não possui uma estrutura adequada para possuir um contador integral ou registros interligados com a contabilidade. Por isso, é importante que esses registros realizados no cotidiano da empresa, sejam fidedignos e após um período sejam conciliados com a parte contábil para um melhor resultado.

Concernente aos adiantamentos concedidos aos funcionários e a terceiros (item 11), apenas 40% das empresas analisadas se valem desse controle no cotidiano. E referente à emissão de cheque e arquivamento de cópia em controle sequencial (item 14), apenas 30% das empresas adotam esse hábito.

Neste contexto, o controle interno das instituições participantes do estudo possui fragilidades, podendo afetar a preservação dos recursos da empresa contra a perda, fraude, mau uso e dano, conforme princípios indicados pelo Professional Accountants in Business Committee – PAIB (2011).

Quanto à utilização de funções para manter o controle da organização percebe-se que 90% das empresas adotam o controle de caixa permanente, com a contagem física e o registro apropriado (item 12), 80% delas adotam o critério de controle das contas bancárias, através de razão geral e comparação entre os registros da empresa e extratos bancários (item 13) e 100% das empresas afirmam efetuar o pagamento aos fornecedores após a análise do recebimento adequado da mercadoria (item 15). Já no item 16, 90% das empresas adotam a função de compras definida como obtenção dos recursos necessários pelo menor preço, melhor quantidade, no tempo certo e no lugar certo, observando as exigências de qualidade.

O fluxo de caixa é excelente para avaliar a disponibilidade de caixa e a liquidez da empresa.

De acordo com o SEBRAE, o fluxo de caixa é excelente para avaliar a disponibilidade de caixa e a liquidez da empresa. Podendo o empreendedor assim, antecipar algumas decisões importantes, como reduzir as despesas sem comprometer o lucro, realizar o planejamento de investimentos e de promoções, planejar uma solicitação de empréstimos, negociar uma dilatação de prazo com fornecedor e outras medidas para que possíveis dificuldades financeiras possam ser evitadas ou minimizadas.

Com relação à utilização da auditoria interna, para análise pelo menos uma vez por ano, item 18, apenas 50% das empresas usufruí dessa ferramenta para a prevenção de erros e fraudes no sistema de controle e nos dados gerenciados pela empresa.

Duarte (2017) salienta que a auditoria interna deve procurar a prevenção e a correção, contribuindo não só, para beneficiar a empresa, o cliente, a qualidade da assistência, a credibilidade de serviço, como também na questão financeira, para controlar os gastos desnecessários. Sendo assim, a não adoção desse sistema por 50% das empresas analisadas neste estudo, poderá acarretar em erros e impactos no orçamento das mesmas.

A respeito da utilização da contabilidade como ferramenta para a análise e planejamento da gestão do negócio, item 19, observa-se a não adoção por 50% das empresas, o que poderá afetar a confiabilidade das informações contábeis e o planejamento estratégico. Attiê (2010), “para a confiabilidade dos relatórios e documentos contábeis, é necessária a adoção, a utilização, e o acompanhamento da documentação hábil para o registro das transações”.

Na pesquisa também foi questionado aos proprietários/responsáveis das empresas se a implantação das técnicas de controle interno mencionadas neste trabalho auxilia no planejamento do seu negócio (TAB. 2).

TABELA 2 – As técnicas do controle interno auxiliam no negócio?

Questionário	Sim	Não	Talvez
No seu ver, como gestor, a implantação das técnicas acima mencionadas auxilia na gestão e planejamento do seu negócio?	80%	00%	20%

FONTE: A autora (2020)

Na TAB. 2, constata-se que 80% dos proprietários/responsáveis mencionam que sim, as técnicas são importantes para o bom funcionamento da organização. E 20%, mencionam que talvez auxiliem no desenvolvimento do negócio, caso todas elas sejam aplicadas em suas rotinas.

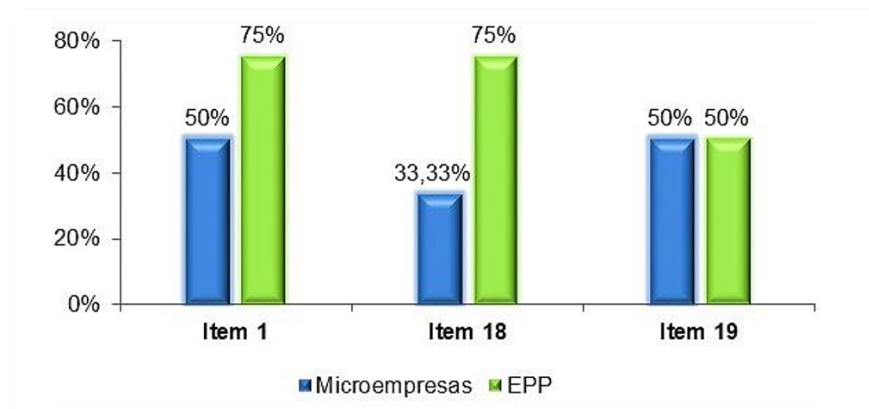
Attî (2010), afirma que é de suma importância, o controle interno, nos processos da organização, pois possibilita a salvaguarda dos ativos e promove a eficiência operacional da empresa, determinando os meios necessários à condução das tarefas.

No campo de observações disponibilizado no questionário, dois dos proprietários/responsáveis compartilharam técnicas que utilizam diariamente para permanecer com o bom funcionamento do negócio.

Um dos proprietários/responsáveis descreveu que os pagamentos efetuados aos fornecedores são controlados diariamente com o intuito de honrar com os prazos de vencimento dos boletos, para não haver pendências e a mercadoria ser encaminhada normalmente. Já, o outro proprietário/responsável menciona o fato de ser revendedor de produtos perecíveis, os quais requerem um cuidado específico e diferenciado dos demais. Para ele os relatórios, contabilidade, conferências em geral são realizados da mesma forma das demais empresas, porém, há um controle diferenciado em relação aos produtos perecíveis.

Para a análise final, foi elaborado um gráfico comparativo, referente à porcentagem de adoção do controle interno das empresas analisadas em relação ao seu porte. Cujos parâmetros analisados foram: controle do planejamento estratégico de médio e longo prazo (item 1); adoção da auditoria interna como ferramenta e averiguação pelo menos uma vez por ano (item 18); utilização da contabilidade como ferramenta para a análise e o planejamento da gestão do negócio (item 19). (GRÁF. 2).

GRÁFICO 2 – Porcentagem de adoção do controle de planejamento, auditoria interna e da contabilidade.



FONTE: A autora (2020)

NOTA: Item 1: A empresa possui um planejamento estratégico de médio e longo prazo; Item 18: A empresa utiliza da auditoria interna, pelo menos uma vez por ano para verificar se houve alguns erros ou fraudes que porventura possam ocasionar falhas de controles e gerenciamento; Item 19: A empresa utiliza da contabilidade como uma ferramenta para a análise e planejamento da gestão do negócio.

Através do GRÁF. 2 percebe-se que as empresas de pequeno porte (EPP) utilizam mais as técnicas do controle interno e da auditoria interna do que as microempresas.

Observa-se que a utilização do planejamento estratégico é superior nas EPP, sendo que 75% utilizam, provavelmente porque a maioria das EPP visam um crescimento financeiro e físico do seu negócio e, que na microempresa não há uma visão tão abrangente.

A respeito do item 18 do GRÁF. 2, há uma grande adoção das EPP em relação às microempresas, pois apenas 33,33% das microempresas utilizam da auditoria interna, o que pode estar relacionado aos custos de implantação, já que esse valor não deve ultrapassar os benefícios trazidos por eles, o que nas empresas de pequeno porte pode ser viável.

Nota-se que apenas 50% das micro e pequenas empresas estudadas neste trabalho, utilizam da contabilidade como uma ferramenta de análise e gestão do negócio (item 19 do GRÁF. 2), isso ocorre, porque a maioria das empresas utilizam da contabilidade para fins fiscais e tributários. Conforme Faria et al. (2012) as empresas, devido ao porte e forma de operacionalização, não costumam contratar contadores para trabalharem internamente, o que ocorre geralmente é a terceirização dos serviços contábeis, o que traz a consequência da contratação de contadores que se dedicam apenas a cumprir as obrigações fiscais e deixam de realizar a assessoria contábil adequada.

Um estudo sobre as percepções dos profissionais de contabilidade a respeito do controle interno como ferramenta gerencial em micro e pequenas empresas na cidade de Serrinha-Bahia, realizado por Faria et al. (2014) através da análise das respostas de onze profissionais contábeis, aponta que 73% dos profissionais questionados não possuíam conhecimento em relação à existência de controle interno nas empresas as quais são responsáveis pela contabilidade.

Nesse mesmo estudo, os autores constataram que somente três profissionais de contabilidade possuíam conhecimento dos controles internos dessas micro e pequenas empresas. Após entrevista com esses três profissionais os dados obtidos apontaram que os principais departamentos/áreas dos controles internos para custeio nas empresas estão relacionados ao controle de contas a pagar/receber e controle de impostos, ambos representando 27%, enquanto o controle de estoque e o controle das disponibilidades representaram 18% cada um, e o controle dos resultados representou 10%. Com isso, pode-se perceber que as empresas analisadas estavam preocupadas majoritariamente com sua relação com o

Nota-se que apenas 50% das micro e pequenas empresas, estudadas neste trabalho, utilizam da contabilidade como uma ferramenta de análise e gestão do negócio.

Empresas necessitam de um sistema de controle interno e auditoria interna, mesmo que sejam grandes ou pequenas.

fisco e com o equilíbrio financeiro, visto que, o maior interesse estava em controlar os impostos e as contas a pagar e receber (FARIA et al., 2014).

Ademais, o estudo destacou que os profissionais de contabilidade entrevistados afirmaram que o controle interno é extremamente importante (67%) ou muito importante (33%), sendo que, assim como outras, as micro e pequenas empresas necessitam de controle interno para um melhor gerenciamento e para contribuir nos serviços contábeis efetuados (FARIA et al., 2014).

Percebe-se, então que, as empresas necessitam de um sistema de controle interno e auditoria interna, mesmo que sejam grandes ou pequenas. Segundo Lorenzoni e Vieira (2013), todas empresas devem sempre conservar um apropriado sistema de controle interno, sendo ele fidedigno e adequado para cada setor, pois sem este, as empresas poderão correr riscos de fraude e erros involuntários, nos quais proporcionam prejuízos à organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da revisão da literatura, foi evidenciada a importância da adoção dos controles internos como instrumento imprescindível na identificação e correção das ineficiências operacionais, necessárias para a obtenção de um bom desempenho na gestão.

Há uma adoção maior, dos controles internos e auditoria interna, nas empresas de pequeno porte e uma baixa adoção nas microempresas, devido ao custo na implantação desses sistemas, além da necessidade de pessoal treinado e experiente para a execução das responsabilidades.

A baixa adoção das técnicas de controle pelas microempresas pode afetar o seu planejamento estratégico, pois o controle interno possibilita a salvaguarda dos ativos e promove a eficiência operacional da empresa, determinando os meios necessários à condução das tarefas.

O estudo contribuiu para destacar a relevância dos controles internos em pequenas empresas e microempresas, instigando novas investigações sobre o tema e constatou que há possibilidade de implantar sistemas de controle e auditoria interna em pequenas empresas, adaptando-os a realidade dessas empresas.

O presente estudo não teve a intenção de proporcionar a generalização dos resultados encontrados, tendo em vista a delimitação proposta e as limitações impostas pela adoção de amostragem de caráter não probabilística.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo: textos, exemplos e exercícios resolvidos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo: textos, exemplos e exercícios resolvidos**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ALVES, B. H. D. et al. Controle interno aplicado às microempresas: um diferencial competitivo. **Contábeis**, abr. 2014. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/1539/controle-interno-aplicado-as-micros-empresas-um-diferencial-competitivo>>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ATTIÊ, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005. Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2005. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2005/AJ007_05>. Acesso em: 27 set. 2020.
- BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm> Acesso em: 28 set. 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm>. Acesso em: 28 set. 2020.
- BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 dez. 2006. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lc123_2006.htm>. Acesso em: 28 set. 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas Brasileiras de Contabilidade: auditoria interna: NBC T 12**. Brasília, 2020.
- CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2004.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil**: teoria e prática. 9. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

DUARTE, M. dos. S. **A importância da auditoria interna para uma gestão eficiente e eficaz em instituições hospitalares do setor público**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Auditoria) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2017.

FARIA, J. A. e.; OLIVEIRA, M. S.; AZEVEDO, T. C. A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 6, n. 2, p. 89-106, 2012. Disponível em: <<https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/404/233>>. Acesso em: 06 out. 2020.

FARIA, J. A. de. et al. As percepções dos profissionais de contabilidade a respeito do controle interno como ferramenta gerencial em micro e pequenas empresas: um estudo na cidade de Serrinha-Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 21., 2014, Natal. **Anais...** Natal: ABC, 2014. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3664/3665>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

FRAPORTI, S. et al. **Teoria geral da empresa**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

HALL, R. L.; HITCH, C. J. **A teoria dos preços e o comportamento empresarial**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988. (Clássicos da literatura econômica).

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil Ltda., 2007.

LORENZONI, R.; VIEIRA, E. T. V. O controle interno e a auditoria como ferramenta de desenvolvimento nas micro e pequenas empresas. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 118-130, 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/17914788-O-controle-interno-e-a-auditoria-como-ferramenta-de-desenvolvimento-nas-micro-e-pequenas-empresas.html>>. Acesso em: 05 out. 2020.

MIGLIAVACCA, P. **Controles internos nas organizações**: fraudes, corrupção, ineficiências. 2. ed. São Paulo: Edicta, 2004.

NASCIMENTO, J. P. S. do. et al. O controle interno nas microempresas e empresas de pequeno porte. **Expressão Católica**, Quixadá, v. 9, n. 1, p. 21-22, 2020.

PROFESSIONAL ACCOUNTANTS IN BUSINESS COMMITTEE (PAIB). **Global Survey on Risk Management and Internal Control**: Results, Analysis, and Proposed Next Steps. Information Paper. New York: IFAC, 2011. Disponível em: <<https://www.ifac.org/system/files/publications/files/global-survey-on-risk-manag.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2020.

SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Brasília-DF, out. 2016. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>>. Acesso em 9 set. 2020.

SOUZA, W. et al. O planejamento estratégico nas micro e pequenas empresas. In: WORKSHOP GESTÃO INTEGRADA: RISCOS E DESAFIOS, 2., São Paulo, 2007. **Anais...** São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.sp.senac.br/pdf/24848.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2020.